



Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1.979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, e secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número 2.079, do Sr. Renato Antônio Johnsson, Secretário de Estado do Interior, no qual comunica que a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, aprovou o projeto da BRASKRAFT S/A, Florestal e Industrial, empreendimento a ser instalado no Município de Sengés, em nosso Estado. — **Ciente. Arquite-se.**

Sob o número 728/79, do Sr. Antônio Vendrami, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, no qual aprovou o requerimento número 283/79, de autoria do Sr. Vereador Alexandre Aracema, transmitindo a este Poder os agradecimentos pela destacada participação de sua equipe esportiva, em especial aos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado, Renato Bernardi, Fidelcino Tolentino, Nestor Baptista, Nilso Romeu Sguarezi, Adalberto Daros, David Cheriegate, Antônio Facci, José Domingos, Mário Celso, Nelson Friedrich, Florisvaldo Palácios, José Del Ciel e David Federmann. — **Ciente. Arquite-se.**

Emenda.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O art. 11 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 — Não perde o mandato o deputado estadual investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital, ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º — Convocar-se-á o suplente nos casos de vaga, de licença

ou de investidura em funções previstas neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2.º — Com licença da Assembléia Legislativa do Estado, o deputado estadual poderá desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

§ 3.º — Considerar-se-á renunciante o deputado que infringir o disposto no item III do artigo 10, ou salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, deixar de tomar posse dentro de dez dias, contados da inauguração da legislatura, ou de sua convocação, no caso de suplente”.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(aa) Domício Scaramella, Tércio Albuquerque, Nilso Sguarezi, Túlio Zanchet, Deni Schwartz, Nelson Buffara, Nelson Friedrich, Fuad Nacli, Darcy Deitos, Gabriel Manoel, Antônio Facci, Renato Bueno, Cyro Martins, Nestor Baptista, João Elísio, Fiori Luiz, Erondy Silvério,

Rosário Pitelli, David Cheriegate, Gilberto Carvalho e Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda à Constituição do Estado do Paraná, visa adaptar a nossa Carta Magna à Constituição Federal, recentemente emendada em seu Art. 36, através da Emenda Constitucional número 13, promulgada pelo Congresso Nacional, no último dia 10 de outubro, e publicada no Diário Oficial da União, no dia 11 do mesmo mês.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei números 166/79, e 174/79, respectivamente, Mensagens Governamentais que visam consolidar a legislação tributária pertinente à Taxa de Segurança Pública e majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1980, os vencimentos do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento do professor ALDENOR DE SOUZA CASTRO, ocorrido em Maringá, dando-se ciência do presente à família enlutada, com endereço à Avenida Cêrro Azul, 811, em Maringá.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Professor Aldenor de Souza Castro foi um homem dedicado inteiramente à preparação da juventude maringaense, desportista, desfrutando de grande prestígio e amizades dentre a comunidade maringaense, e seu desaparecimento deixa, indubitavelmente, uma grande lacuna em nosso meio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado na ata dos trabalhos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário aposentado deste Poder, ANTÔNIO AGENOR DO NASCIMENTO, ocorrido nesta data, em nossa Capital.

O extinto foi, por vários anos, Tesoureiro e Diretor Administrativo desta Assembléia, onde, no desempenho de suas funções, angariou inúmeros amigos, tanto entre os Deputados como dos funcionários que com ele conviveram.

Outrossim, requeiro que, da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar aos familiares da Senhora ADELINA ZULIAN DOTTI, falecida na madrugada do dia de hoje, nesta Capital.

Outrossim, requer que, da decisão do Plenário, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) WERNER WANDERER

Apoio: Fabiano Braga Côrtes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, o envio de voto de pesar à família do Sr. CONSANTINO PELARICE, falecido hoje na cidade de Londrina.

Outrossim, comunica o endereço para o envio de expediente nesse sentido: Rua Piauí, 835. Viúva, Senhora Maria Pelarice.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) DEL CIEL

Apoio: Fiori Luiz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja inserida na ata dos trabalhos de hoje, 07/11/79, um voto de regozijo ao Município de Ibiporã, através dos Poderes constituídos, pela inauguração do Centro Social Urbano, obra realizada pela Administração Francisco Deliberador Neto.

Outrossim, solicita seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ibiporã, dando ciência deste requerimento.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições, e atendidas as formalidades legais, REQUER um VOTO DE REPÚDIO à Polícia Militar do Estado de São Paulo, pela violência com que vem reprimindo as manifestações grevistas dos metalúrgicos naquele Estado, inclusive com a ocorrência de inúmeros feridos, além do assassinato de um trabalhador e a invasão realizada na Igreja Nossa Senhora do Socorro, em Santo Amaro, onde os trabalhadores encontravam-se, discutindo suas reivindicações.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando de Sua Excelência medidas urgentes para os devidos reparos na estrada que demanda do Município de União da Vitória a Cruz Machado.

A referida rodovia encontra-se em lastimável estado de conservação, notadamente em virtude das últimas chuvas que se abateram sobre a região, tornando-a intransitável, ocasionando sérios prejuízos aos usuários que se vêem impossibilitados de promoverem o escoamento de seus produtos agropecuários.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

De acordo com o deliberado em sessão do dia 31 de outubro da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Cooperativismo Paranaense, os signatários do presente REQUEREM a prorrogação dos trabalhos da CPI por mais 120 (cento e vinte) dias, para que possam ser ouvidas mais testemunhas e para que se possa ser apresentado o relatório final.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(aa) David Cheriegate, Nelson Friedrich,
Augusto Carneiro, Trajano Bastos,
Deni Schwartz, Antônio Facci,
Fuad Nacli, Cyro Martins e Egon Pudell.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 182/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de CAETANO MENDES, com as divisas seguintes:

“Começa ao Sul, pelo Rio Capivari da Coxilha Alta até sua desembocadura no Rio Capivari, e por este acima até encontrar a foz do Arroio Capuava; e por este acima até sua mais alta cabeceira; daí seguindo em linha seca em direção sul-norte, até encontrar a cabeceira do Arroio Guarupu, e por este seguindo até sua foz no Rio Santa Rosa; por este abaixo até sua desembocadura no Rio Tibagi; ao norte e leste pelas atuais divisas com os Municípios de Telêmaco Borba, Reserva e Ivaí, até encontrar novamente o Rio Capivari da Coxilha Alta”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa comprova que os requisitos da Lei Orgânica dos Municípios foram todos cumpridos, de modo que a criação do Distrito Administrativo de Caetano Mendes será um ato de simples reconhecimento de uma realidade pré-existente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, no dia de hoje, é o fato do Ofício número 1.079/79, da Secretaria de Estado do Interior, enviado a esta Casa pelo Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado, Renato Antônio Johnsson.

Diz o seguinte ofício. (Lê):

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, acaba de aprovar o projeto da BRASKRAFT S.A. - Florestal e Industrial, empreendimento a ser instalado no Município de Sengés, em nosso Estado. A aprovação, com a expedição da respectiva licença de instalação para implantação do projeto, se deu em razão de estarem as especificações técnicas em absoluta consonância com a legislação em vigor, que regula os aspectos relativos à preservação do meio ambiente.

Faço esta comunicação a Vossa Excelência considerando o fato de que o assunto foi, desde o início, objeto de amplos debates pelos Senhores Deputados, em evidente e saudável demonstração de zelo e interesse pela proteção ambiental em nosso Estado.

Esteja Vossa Excelência certo de que o referido projeto está rigorosamente dentro das exigências legais de preservação do meio ambiente, e pediria transmitisse esta informação aos demais membros desta Casa."

Estamos enviando à Mesa um requerimento que diz o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao engenheiro Renato Antônio Johnsson, Secretário de Estado do Interior, solicitando cópia do Projeto de Implantação da Braskraft S.A. - Florestal e Industrial, empreendimento a ser instalado no Município de Sengés, neste Estado.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1979.

a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Dada a inquestionável importância do assunto enunciado na súmula desta proposição e, para evitar que futuramente não sejamos pechados de omissos em relação ao problema em tela e que se representa pelo Projeto Braskraft, é que nos decidimos pelo endereçamento desta solicitação, haja visto que, em recente reunião realizada numa das dependências desta Casa, a autoridade acima nominada, afirmou que antes da aprovação do também já citado projeto, cada parlamentar receberia cópia do mesmo, para efeito de estudos e avaliações."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na reunião em que compareceu a esta Casa o eminente Secretário de Estado, Renato Johnsson, juntamente com o Secretário Fernando Fontana, na oportunidade ambos os Secretários nos prometeram que antes da aprovação da SUREHMA, do projeto de instalação da Braskraft o mesmo projeto seria dado conhecimento a todos os Deputados.

Acontece que a SUREHMA já aprovou o projeto para a instalação da Braskraft e nós não tivemos conhecimento deste projeto. Nós não sabemos do que consta este projeto. E é este o motivo do nosso requerimento. Nós queremos ter conhecimento do projeto da instalação da Braskraft, no Paraná.

Queremos ver o que é que levou a SUREHMA a dar condições de instalação da Braskraft no vale do Jaguaricatu, no Município de Sengés. Porque a preocupação nossa, porque fizemos movimento durante todo este tempo e solicitamos explicação da Secretaria do Interior, solicitamos explicação da SUREHMA a respeito do projeto da Braskraft. E, no entanto, o que a Casa recebe é um ofício dizendo que o projeto foi aprovado e que se acha em condições de instalação da citada indústria, no vale do Jaguaricatu, no Município de Sengés.

Um simples ofício que não havia necessidade, porque toda a imprensa do Estado do Paraná já havia publicado há cerca de uma semana a notícia de que a Braskraft seria instalada.

Então, solicitaria dos nobres Srs. Deputados que aprovassem o requerimento, para que nós tenhamos conhecimento profundo do projeto de instalação da Braskraft no Estado do Paraná.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna, na tarde de hoje, é para agradecer a atenção dispensada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, do Estado do Paraná, da forma com que atendeu as nossas solicitações, através de um requerimento aprovado por esta Casa, em 03 de outubro de 79, no qual solicitava que fossem reiniciadas as obras de construção do contorno de Jacarezinho.

Agradeço, neste instante, e tenho em mãos a resposta daquele ofício, em que nos informa o seguinte: "a) encontra-se em fase final de análise, o projeto de engenharia do viaduto sobre a Rede Ferroviária Federal, com a extensão aproximada de 160 metros e que constitui o ponto crítico do trecho do contorno de Jacarezinho; b) até o final deste ano, deverá ser feita a concorrência para a construção daquele viaduto; c) nessas condições, esta obra deverá ser iniciada, ainda no primeiro trimestre de 80, paralelamente ao reinício da execução dos serviços de terraplanagem e pavimentação já contratados com a firma Morgado S.A."

Nós agradecemos porque vem confirmar que o DER não estava alheio ao problema. E como tem sido motivo de especulações, fica aqui, definitivamente, marcada a atuação do DER e a atuação deste Parlamentar que tem a honra de representar aquele município nesta Casa, uma vez que as obras daquele contorno se encontravam parcialmente paralisadas, porque os serviços de construção do viaduto não poderiam, de forma alguma, ser iniciados antes da aprovação do seu projeto. E iniciado a implantação da rodovia, nós não teríamos condições de colocá-la em uso após sua conclusão uma vez que não tivéssemos aquele viaduto. E o DER numa atitude coerente redobrou seus esforços, para que o projeto fosse aprovado em tempo, praticamente record. E agora, com a sua atuação, colocando esse viaduto em concorrência, acreditamos mesmo que até o final de 1980, aquelas obras estarão concluídas, não só beneficiando a cidade de Jacarezinho, mas beneficiando também a todo o Norte Pioneiro. E também a todos os caminhoneiros e o tráfego da BR-153 que é uma rodovia interestadual, uma rodovia federal, e que atende desde Mato Grosso até o Rio Grande do Sul; e que hoje com a sua intensidade de tráfego, obrigando sua passagem por dentro daquela cidade, vinha trazendo sérios transtornos àquela população e também aos proprietários de veículos. Nestas circunstâncias, deixo patentes aqui, os nossos agradecimentos à atuação do Departamento de Estradas de Rodagem.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos, nesta tarde de quarta-feira de novembro, nos parabenizar com a nossa gente da região do Norte Pioneiro, principalmente com a região de Sengés, Jaguariaíva e adjacências pela indicação, pela autorização e pela liberação, da implantação da Braskraft na cidade de Sengés, representado aqui nesta Assembléia, pelo Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

E nesse instante, quando o ilustre companheiro, ilustre amigo, componente da bancada do MDB, Tadeu Lúcio Machado, reclama, com razão, sobre um problema que deveria ter vindo e talvez venha ao conhecimento da Casa, em referência à assertiva da SUREHMA, em indicar como compatível com a ecologia do nosso Estado, a instalação de uma fábrica, do porte, do gabarito, das condições sociais e sócio-econômicas, que vão dar uma estrutura para a nossa região. Uma estrutura embo-

ra contrariando a filosofia, onde a ecologia, muitas vezes, onde a ecologia dá a vez para o progresso; onde a ecologia dá a vez para que essas fábricas ultramodernas dêem ao Paraná a divisa necessária para que este Estado continue na trajetória do progresso, aplicando dinheiro, advindo de impostos em benefício do povo.

Queremos nos parabenizar com os homens que cautelosamente olharam pela ecologia do Paraná. Mas, queremos agradecer aos homens que olhando de um lado e de outro, pesando na balança da seriedade e da consciência, deram o sinal verde para que a Braskraft se instalasse em Sengés, para que aquela cidade de tradições gloriosas, de paranaenses ilustres, pudesse se projetar no concerto do Estado do Paraná e do Brasil, como uma cidade de progresso, de indústria, e, quiçá, de uma indústria das mais modernas instaladas na América Latina.

Então, neste instante, pediríamos vênias ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, para que aguardasse a solicitação e a informação dos Secretários que ele interpelou, para que possamos trazer o nosso trabalho, a nossa batalha, que são feitos à luz do dia. Mas, graças a Deus, haveremos de provar, nesta Casa, nós, em companhia do Deputado Aguinaldo e do Deputado Palácios, que fazem parte desta Assembléia, representando o Norte Pioneiro, com o Deputado Tadeu Lúcio Machado, para que possamos vir aqui e dizer que o problema ecológico não foi ferido nem melindrado, e, sim, o problema social e sócio-ecológico teve uma vantagem muito grande, porque há de se aplicar o dinheiro do povo, como é do costume do Governo Ney Braga, em benefício do próprio povo.

Muito obrigado à SUREHMA, muito obrigado ao nosso povo do Norte Pioneiro. E haveremos de, com a Braskraft, trazer o progresso àquela terra e àquela gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna apenas para encaminhar à Mesa, requerimento de nossa autoria, do seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata, de uma MOÇÃO DE APOIO aos universitários da Universidade Estadual de Maringá, que reivindicam o congelamento das anuidades para o próximo ano letivo, dando-se ciência do presente aos diretórios acadêmicos naquela Universidade.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1979.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Os acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá, desde o final do ano de 1978, premidos pela falta de recursos para continuidade dos cursos que escolheram, procurando naturalmente melhores conhecimentos e capacitação profissional e intelectual, iniciaram um movimento visando o congelamento das anuidades, como única forma de minimizar suas dificuldades. Como é do conhecimento de todos os Senhores Deputados, o Conselho Federal de Educação fixa anualmente, o limite básico para os aumentos das anuidades escolares para todo o País, ficando a critério de cada instituição de ensino, fixar seu percentual de aumento, não podendo ultrapassar o referido limite. A universidade Estadual de Maringá, invariavelmente, tem elevado os seus preços ao limite máximo permitido pelo Conselho Federal de Educação. Desenvolvidos todos os esforços em busca de resultados positivos, os Diretórios Acadêmicos, Associações de Estudantes da UEM, quer encaminhando documentos comprobatórios da situação aflitiva de grande maioria dos acadêmicos daquela universidade, quer apresentando estudos que possibilitariam a Universidade ou a sua Fun-

ção Mantenedora a buscar em outras fontes os recursos necessários ao normal funcionamento da mesma, infelizmente, não encontraram eco, e tiveram que submeter-se ao aumento fixado pela instituição de ensino, como sempre, no limite máximo permitido, isto é, 38% (trinta e oito por cento). Agrava-se a situação, ao saber-se que não é apenas a anuidade que recebe majoração, mas, todas as taxas cobradas por serviços também são majorados automaticamente e nos mesmos percentuais, isto é, maior taxa de matrícula; maior taxa mensal de estudos; maiores taxas para todo e qualquer documento que o aluno possa solicitar à Universidade etc. portanto, o estudante vê-se encurralado pelas constantes altas de suas anuidades e taxas de serviços, tornando o ensino cada dia mais proibitivo para as famílias de baixa renda, acentuando-se ainda mais, o elitismo em nossa Universidade. Em busca da conquista do mesmo objetivo, ou seja, o congelamento das anuidades para o ano de 1980, os estudantes já desencadearam uma nova campanha.

Consideramos que a batalha dos estudantes maringenses, visando o congelamento das taxas de matrículas, aumento de anuidades e acréscimo das taxas de serviços, é realmente meritória e merece o apoio desta Casa, incondicionalmente. A Comissão Pré-Congelamento está em plena movimentação, tendo já mantido contato com o Senhor Secretário de Educação do Estado, com o Senhor Secretário da Justiça, dirigido carta aberta à população esclarecendo os motivos pelas quais lutam pelo congelamento, enfim, têm demonstrado que estão realmente dispostos à luta até alcançarem a vitória. Não pode esta Casa, composta de homens sensíveis aos reclamos da juventude paranaense, ficar alheia à luta tão meritória e digna como a dos universitários maringenses."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No último domingo, o Movimento Democrático Brasileiro, realizou, em Brasília, a VII Convenção Nacional.

Embora a expectativa geral fosse aquela de que a Convenção não passaria de um simples ato formal para cumprir uma determinação legal, e dessa expectativa toda a imprensa nacional comentários tecesse.

O que de fato se viu, o que de fato se constatou, Sr. Presidente, foi de que, verdadeiramente, o partido da Oposição reencontrou forças. E os homens que fazem oposição reencontraram-se, não para selarem a sorte de uma legenda que, nos últimos anos, tem cumprido airoso papel de congregar as oposições ao sistema ditatorial implantado no País pela força das armas, em 64. Mas o que se viu, de fato, foi a determinação de homens, a determinação de brasileiros oriundos de todos os Estados que para Brasília acorreram, de avião, de carro, de ônibus, de automóvel, de todas as maneiras possíveis para, num conagração nacional, mais uma vez perante a Nação, reafirmarem a sua disposição: e a inabalável determinação de só entregarem os pontos, quando efetivamente o Brasil voltar ao regime democrático.

À Convenção do MDB que muitos propalaram ser o velório de um defunto morto pela força mais uma vez do sistema implacável e do sistema autoritário, na verdade, o que assistiram foi o renascer de esperanças, foi, na verdade, o reencontro de aspirações democráticas de brasileiros que podem divergir, até, ideologicamente, mas que não divergem do ponto essencial que é o amor à liberdade, o amor à democracia!

Por isto, Sr. Presidente, ao voltarmos daquela Convenção não podemos concordar, em hipótese alguma, com as intrigas e com o processo sub-reptício. E mais, Sr. Presidente, com a verdadeira trama que se estabeleceu neste País não, para fazer uma reformulação partidária, mas, para desestabilizar a Oposição brasileira. Na verdade, Sr. Presidente, ao tomarmos às mãos um jornal do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina

ou de qualquer Estado da Federação, o que se observa é uma especulação, especulação maldosa, especulação programada, programada pelos homens do sistema, esses mesmos tecnocratas da política que, embora não aparecendo, mostram o seu resultado nefasto, para a desagregação das hostes políticas brasileiras; ao folhearmos qualquer jornal, aí está a especulação, especulação sempre que denegrada, especulação sempre que tirando a seriedade dos homens públicos, porque se especula para onde esse Deputado da Oposição irá, para onde um determinado político abraçará novo Partido.

E a Oposição, neste sentido, tem sido especulada, tem sido maltratada, muitos Deputados do MDB, sem razão alguma, estão hoje nas páginas e nos comentários políticos, como que propensos a ingressarem no futuro Partido do Governo.

Ora, Sr. Presidente, Um respeitável jornal desta cidade, um respeitável órgão de imprensa do Paraná, cometeu uma verdadeira infâmia contra um dos maiores homens públicos deste Estado, que é o Deputado Álvaro Dias, um homem que, embora perdendo uma Convenção, teve a grandeza de alma, o tirocínio político de, no dia seguinte, pelas páginas do jornal "Gazeta do Povo", do Paraná, de congratular-se com o vencedor, dizendo acatar o resultado da convenção e que o Partido da Oposição no Paraná, deveria cerrar fileiras para seguir a orientação do novo Presidente, Deputado Sebastião Rodrigues.

Este mesmo jornal — perdoem-me até a revolta —, estampou uma infâmia contra Álvaro Dias, este homem idealista, este moço que, sem a máquina do Governo, sem a prensa do Governo, sem a corrupção do Governo, por duas eleições conseguiu votações estrondosas neste Estado. Este moço que tem palmilhado o interior do Paraná e que é uma das esperanças políticas deste Estado, este jovem idealista figura numa notícia da "Gazeta do Povo", como que propenso a ingressar no Partido do João.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Antes de mais nada, é necessário que se identifique hoje o que é o Partido do João, e talvez eu chegue aqui até a ofender aqueles que amanhã estejam no Partido do João, mas hoje, Sr. Presidente, o que representa hoje o Partido do João? Representa o adesismo, representa a situação, representa o poder, representa as benesses daqueles que têm a força na mão e não abrem mão dela de qualquer jeito para simplesmente se manter no poder.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. NILSO SGUAREZI — Já concederei.

Ao especular este jornal de que o Deputado Álvaro Dias estaria propenso a ingressar no ARENÃO, ora, Sr. Presidente, é querer negar o idealismo deste moço. É querer negar a luta idealística e autêntica de um dos políticos que tenhamos que, verdadeiramente, reconhecer que tem feito com que se realce toda a classe política do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, quebrar o seu caráter idealista ao entrar num Partido em que, primeira condição, deve-se abrir mão da autenticidade, deve-se abrir mão das idéias, porque o que vai prevalecer é o poder e para onde o poder se inclinar, para onde o João venha a se inclinar, este Partido, obediente e cabisbaixo, terá que acatar, e isto não está no modelo, não está na forma nem no comportamento que este rapaz teve até hoje.

Por isso, Sr. Presidente, refutamos liminarmente, refutamos com todas as forças que temos, esta insinuação; insinuação originada em Brasília, porque se acontece com Álvaro Dias no Paraná, acontece em todos os Estados, exatamente com as principais lideranças da Oposição, porque o sistema virou agora até a fazer intrigas, o sistema agora não tendo força perante a opinião pública nacional, procura o jogo da intriga, procura o jogo do diz-que-diz. Por isso, Sr. Presidente, refuto aqui e agora esta notícia deste moço idealista, deste moço que haverá de ser amanhã ou depois, uma das lideranças mais consagradas, mas pelo voto do povo, pelo voto direto sem a pressão,

sem os favores da máquina, com o favor da idéia, com o favor do idealismo que até hoje, faz dele, por duas eleições, o Deputado mais votado da nossa legenda.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós estamos ouvindo Vossa Excelência, no seu entusiasmo, a defender um grande líder do gabarito de Álvaro Dias, mas queríamos que reservasse um pouquinho de clemência, de orientação, para nós que vamos pertencer ao Partido do João, ao Partido que não quer outra coisa a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente, ao Partido do homem que deu abertura e haveremos de lutar pelo Brasil, unidos, porque não é desdouro pertencer ao Partido do João.

Vossa Excelência ofende, neste instante, os homens que hão de palmilhar neste Partido, os homens da ARENA do Paraná e do Brasil, que estão acompanhando os segmentos da sociedade brasileira.

Então eu pediria vênica a Vossa Excelência escusas; e até damos razão a Vossa Excelência por essa euforia, mas não seria de alto bom senso, escutarmos isso de Vossa Excelência, ao dizer que o Partido do João é um Partido de homens que se aproveitam do poder.

Nós pertencemos a uma linha partidária e haveremos de estar nela, e haveremos de fazer parte do Partido do João e do Partido de Ney Braga, com muita honra, para defendermos a legalidade de nossa terra e de nossa gente, que procuram, sob a égide da foice e do martelo, usurpar a democracia brasileira, a democracia cristã da nossa terra.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado Gabriel Manoel, eu, há poucos instantes, disse que poderia ferir até a decisão que amanhã alguns Deputados tomassem. Mas Vossa Excelência há de convir comigo que hoje o quadro colocado na política nacional não dá margem a qualquer dúvida.

Quando se levanta a tese do Partido do João, Sr. Deputado, quais são as idéias que podem ser cristalizadas, quais são as idéias que podem ser deduzidas deste cidadão que foi bionicamente ascendido à Presidência da República? Quais são as idéias, Sr. Deputado, deste homem que manda a polícia bater em operários quando estes brigam por melhores salários? Quais são, Sr. Deputado, as idéias que se pode concluir de homem que usa o seu nome para constituir um partido? Quando hoje, as nações mais desenvolvidas, os povos mais cultos, se abrigam sob a forma clássica de ideologias?

Que ideologia encerra o Sr. João, Sr. Deputado? Um cidadão que nem exerceu o cargo de Vereador, e que de uma hora para outra, pela força única e exclusiva de sua corporação militar, ascende à Presidência da República. Que ideologia encerra este homem? Não seria melhoradamente um Natusch Buch, num golpe sem tanques e sem metralhadoras? Quando fecharam o Congresso Nacional. Modificaram o Colégio Eleitoral para permitir que o Sr. João Figueiredo ascendesse à Presidência da República.

Então, me desculpe Vossa Excelência, quando se fala em partido do João, eu não entendo nada por questão de idealismo, mas posso até compreender que existem homens que são coerentes na vida. E Vossa Excelência mesmo, que tem dito que é coerente, e reconheço a vossa coerência. Vossa Excelência sempre será poder, Vossa Excelência sempre estará no Governo, como Vossa Excelência já disse neste Plenário.

Então, eu reconheço os compromissos e até sua equação pessoal para entrar no Partido do João. Mas, a rigor, a priori, Vossa Excelência, dentro de qualquer ideologia, não pode dizer o que significará o Partido do João.

Eu peço a Vossa Excelência que diga.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

No decorrer, Vossa Excelência entenderá que ela é inteiramente procedente.

Sr. Presidente, admito, e até me parabeno com o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, nobre Líder da bancada da Oposição, nesta Casa, quando ele defende uma postura política que é legítima, que é coerente com a atuação que ele sempre teve neste Legislativo.

Entretanto, se Vossa Excelência compulsar o Regimento Interno da Casa, Vossa Excelência verá que o nobre Líder da Oposição está faltando com a ética parlamentar e respeito à autoridade número um do País, que é o Sr. Presidente da República. Porque o Sr. Presidente da República não pode ser tratado da maneira como está sendo nesta Casa. Vossa Excelência tem o dever de coibir o tratamento à mais alta autoridade do País. Se presta ou não presta, é Presidente.

Goulart não prestava e era Presidente, e teríamos que respeitá-lo.

Essa é que é a realidade.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa solicita ao nobre orador que se encontra na tribuna, que, de acordo com o Regimento e de acordo com a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência, na forma regimental, ao se referir à Sua Excelência o Sr. Presidente da República, o trate com o devido respeito, na forma regimental.

Com a palavra o nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço a advertência de Vossa Excelência, e quero me vergar à verdade histórica dos fatos. Requeiro a Vossa Excelência que se altere da ata dos trabalhos as ocasiões em que este Deputado se referiu ao João, se refira ao Sr. General Presidente João Baptista Figueiredo, eleito pelo voto indireto, graças ao fechamento do Congresso Nacional em abril de 1.978. Se aduza mais o Oliveira no Baptista.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, acontece que o General João Baptista Presidente da República de Oliveira Figueiredo, está brincando com a população brasileira, assim como a ditadura vinha brincando há muito tempo. Estas brincadeiras que aparecem hoje na imprensa, de mau gosto, colocando líderes autênticos nossos, como sendo co-participantes do futuro partido do General João Baptista Figueiredo, Presidente da República. Brincadeira que já vem se sucedendo há muitos anos.

Brincaram conosco com a "Lei Falcão"; brincaram conosco com a prorrogação dos mandatos dos Presidentes dos Diretórios; brincaram conosco com o "Pacote de Abril", repetindo a humilhação que impôs Calígula, ao nomear seu cavalo como Senador, na Velha República Romana. E agora querem brincar conosco com uma lei que haverá, antes de mais nada, estar orientado em extinguir um partido que não lhes pertence mais. O Partido do MDB, que já pertence ao povo.

A lei não propugna a democracia, nem a reformulação partidária. Ela propugna unicamente a extinção do MDB. Isto parece estar claro. E, sem isto, que é mais grave, sem tocar na famigerada "Lei Falcão", que foram buscar a inspiração lá na "Ilha" de Fidel Castro. Quando se lê aquele livro "A Ilha", encontramos lá exatamente uma lei igual, em que os candidatos não podem usar rádio nem televisão, em que só pode aparecer o "curriculum vitae", e depois nós somos os comunistas.

Portanto, estão brincando conosco, há muito tempo. Mas acho que chegou o momento em que o povo brasileiro está dizendo: chega de brincadeira. Chegou a hora da seriedade. Chegou a hora deste povo merecer a seriedade também do Governo, quando opta por uma democracia. Uma democracia não que o General Presidente da República, João Baptista Figueiredo quer, mas uma democracia que o povo está a exigir. Nisto reside a importância da convenção realizada dia 04 de novembro. Era isto, Sr. Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, Sr. Deputado. Com a palavra o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — A questão levantada pelo nobre Líder da ARENA, Erondy Silvério, com relação de que seria um tom pejorativo, "João", entendo que ele próprio, o Presidente, não se respeita, não tem o alto respeito porque ele gosta. É o "João da sunga", é o "João do relógio perdido", é o "João que inaugura telefone falando com a doceira", é o "João que toma água de côco" lá no Recife; ele próprio não se respeita. E os exemplos estão lá na televisão, Planeta dos Homens, a Salomé, ele próprio não se respeita. Quer dizer, ele confunde ser popular com ser ridículo. E ele é ridículo. Está precisando um pouquinho mais de autocensura, o quinto Presidente do Golpe Militar deste País.

Agora está lá na Venezuela dizendo isto isto: precisamos de sociedades mais justas, capazes de dissolver os bolsões da pobreza, distribuir a riqueza, pa, pa, pa... Não dá mais. O povo não suporta. Vai chegar o dia que nós vamos ver o Maracanã com a maior platéia do mundo se deliciando com muitas coisas que vão correr neste País ainda.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o seu aparte. Mas, prosseguindo, Sr. Presidente, eu quero dizer que graças a Deus o MDB é um Partido que permite possam as divergências de concepção e até ideológicas possam ser afloradas.

O MDB não esconde a divergência de opiniões internas. E não tem o MDB a pretensão de homogeneamente representar o povo brasileiro. Na verdade, somos frutos de um ato de força também. Mas que nos legitimamos com o correr do tempo, graças a uma virtude, a virtude da desobediência. Nós não obedecemos os tiranos quando eles cassaram o mandato que o povo nos outorgou. Nós não obedecemos os tiranos, quando eles, através das formas mais sub-reptícias, implantaram o total domínio do capital estrangeiro, sobre a nossa economia; nós desobedecemos os tiranos, quando eles pretenderam implantar a reforma do judiciário; e tivemos, Sr. Presidente, perante a história e perante o idealismo dos homens de bom senso desta terra, de dizer o não. E ser o Congresso Nacional fechado. Quando muitos, cabisbaixos, e até subservientes, se vergaram à força das armas, o MDB soube discordar. E foi dessa discordância, dessa desobediência que, graças a Deus, temos contado com o povo. Porque, embora impotente, embora obrigados a obedecer, o povo brasileiro, no seu íntimo, não concorda e nada consegue que o povo dê o aval, embora use a propaganda; embora se use a pressão, embora se use a corrupção. E agora, se comece a usar a intriga. E agora se comece a usar o maquiavelismo.

Por isso, Sr. Presidente, quando se especula, se esse ou aquele Deputado da Oposição irá para aquele ou outro partido, não se veja nisso nenhum desdouro. Mas, antes e acima de tudo, se veja nesses Deputados que têm a coragem de afirmar as suas idéias, que têm a coragem de pretender incompatibilizar as suas ideologias, com um determinado tipo de ação política.

Quando muitos, e quiçá para tristeza nossa, até a maioria nesta Nação, desejosa talvez de tomar um outro posicionamento mas, mais uma vez, se vergará ao regime da força, mais uma vez se vergará ao autoritarismo, para mais uma vez, e me perdoem a expressão — como um verdadeiro grupo cabisbaixo, seguirá a imposição daqueles que disseram que o Governo só terá um partido.

E, por isso, Sr. Presidente, eu devo aqui, até a título de mera conclusão, dizer que vejo muito mais dignidade no Sr. Affonso Alves de Camargo, o nosso Senador Biônico, quando discorda do Governo em não concordar com um Deputado da ARENA que disse que os biônicos que aceitaram o mandato de bandeja tinham que ter total fidelidade ao Governo. Ora, Srs. Deputados, o biônico que discorda mesmo tendo aceito um mandato de bandeja, para mim é um homem muito mais

digno do que aquele Deputado que tinha um voto na mão para impedir que o biônico fosse implantado, e na sua consciência, não usou este voto para impedir que o biônico fosse implantado na nossa Constituição.

Vejo muito mais dignidade no biônico que agora se levanta e diz: Não concordo com uma nova patifaria, muito embora no passado eu fosse beneficiado por esta patifaria, do que aquele que novamente cabisbaixo, quer agora se servir da patifaria do passado para exigir uma nova para o futuro.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte? — **(Assentimento).**

É evidente, nobre Deputado, que nós compreendemos as razões principais do seu desabafo. O MDB a essas alturas, já expirando, quando surgem aberturas políticas dentro do Partido como o PTB, etc., radicalizando oposições, dentro da Oposição, traz para os líderes, como Vossa Excelência, uma angústia insanável, cujo consolo seria, quiçá, que, a exemplo da Oposição, também a Situação sentisse.

Nesta análise nós perdoamos Vossa Excelência, para que o equilíbrio de Governo e Oposição perdurasse, embora muito frágil a Oposição a estas alturas, no governo brasileiro. Haveria de ser a única arma a cisão, também, na Situação, motivo pelo qual Vossa Excelência, depois de tantos discursos e pronunciamentos, condenando o senador biônico paranaense, hoje se abraça com ele.

Contudo, nobre Deputado, no Partido em que Vossa Excelência, bem pode batizar, porque ainda não temos os verdadeiros nomes, Vossa Excelência haverá de saber, dentro dos próximos dias, ou próximos meses, a verdadeira posição do Governo da revolução. Ao analisá-la, nobre Deputado, quantos líderes eleitos pelo povo, a exemplo de Vossa Excelência, haverão de, na opção, ficar a favor ou contra o Governo.

Quanto do Governo que irão para a Oposição, e quanto das Oposições — que já se vêem duas no País — irão para o Governo.

Esta análise fatal que o povo, através de seus líderes fará, nos próximos dias, já traz nas palavras de Vossa Excelência, na tribuna, a angústia da Oposição brasileira.

Porque somente um Governo que tenha personalidade não somente no povo, mas nos seus líderes, hoje traz galhardamente, condições de arrebatar, quiçá, tantos líderes a exemplo desses que Vossa Excelência, preocupado com eles, como Álvaro Dias, e outros, poderão vir no Partido de Sua Excelência o Presidente da República.

E o direito de discordar, de Affonso Camargo e outros líderes do nosso Partido, do Partido do Governo, é o testemunho de que a democracia existe neste País; a mesma democracia que trouxe Vossa Excelência a esta tribuna, como representante do povo...

O SR. NILSO SQUAREZI — ... democracia quando se respeita as minorias, nobre Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — e que Vossa Excelência recebeu e acatou e abraçou e aqui está, nos seus braços e no seu caminho.

Dentro desse espírito de abertura democrática, nós haveremos de ver grupos dentro do Governo e dentro da Oposição, com os seus pensamentos livremente agrupados, diferentemente, das pressões que Vossa Excelência gostaria que existissem, mas que não existe. Porque eu, como Secretário da ARENA no Paraná, como membro da ARENA deste Estado e deste País, posso também escolher ir para a Oposição ou ficar no Governo.

E Vossa Excelência também, nobre Deputado, não se preocupe, porque o povo que votou em Vossa Excelência haverá de compreender, se reconhecido estiver, a tal ponto de abandonar as fileiras da Oposição do seu Estado, em agradecimento às obras que o Governo da ARENA fez aos seus liderados; Vossa Excelência também, se ingressar em nossas fileiras, haveria de ser bem recebido, pelo seu espírito de luta, pela sua sagaci-

dade, como Parlamentar da Oposição; haveria, com os mesmos argumentos, dizer do quanto foi feito pelo Governo, no Paraná e no Brasil.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Quielse Crisóstomo — ... sendo esmagada, devo dizer que não se preocupe Vossa Excelência com os grandes líderes da Oposição que virão para o Governo. Haverá Vossa Excelência de ter muitas surpresas, e uma delas, é se na análise da sua posição, Vossa Excelência também vier.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Em primeiro lugar, nobre Deputado, quando elogiei o ato, a atitude do Sr. Affonso Camargo, o fiz racionalmente, como político que deve analisar o ato isolado, o ato de "per si". E estou considerando como um posicionamento político e até humano do Sr. Affonso Alves de Camargo Neto. Mas, em absoluto, concordando com suas idéias. Concordei com o seu posicionamento, com a sua dignidade de, agora, confrontar-se com aqueles que, no passado, colocaram a excrecência que representa o seu mandato, no Congresso Nacional.

Em segundo lugar...

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa informa o nobre Deputado que, tendo terminado o horário do Grande Expediente, Vossa Excelência passa, agora, a falar no horário reservado à Liderança do MDB.

O SR. NILSO SQUAREZI — Obrigado.

Queria dizer mais o seguinte: quando Vossa Excelência diz que o simples fato de eu estar na tribuna significa uma democracia, é ledor engano de Vossa Excelência. Porque, democracia, seria aquela em que as maiorias respeitassem o direito da minoria.

E é exatamente neste ponto em que a maioria, temendo esta minoria que é o MDB, quer destruí-lo.

E fará, realmente, a destruição, através de uma lei que, pelo simples fato de ter a maioria, significa ter o domínio total e absoluto para fazer o que bem entende.

Então, o que de fato se prova, e se provará mais uma vez, é que a maioria que foi conseguida com "biônicos", a maioria que foi conseguida com o "pacote de abril", dando ao Nordeste um peso eleitoral que, efetivamente, ele não tem, esta maioria conseguida com a fraude, com o sofisma, com a força, hoje destrói a minoria legítima, a minoria idealística que está salvando o pouco de democracia que existe nesta terra.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Quero, nesta aparte, fazer alguns reparos ao discurso do eminente Líder.

Acredito que o Sr. Affonso Alves de Camargo teria toda a legitimidade de defender a posição que está defendendo, desde que tivesse — a sim, seria dignidade — a dignidade de renunciar o seu mandato que lhe foi outorgado pela ditadura que aí está.

Em segundo lugar, quero discordar que a minoria esteja sendo esmagada.

Realmente, ela está com uma pressão muito grande para que haja o esmagamento. Mas, acontece que essa minoria está com a maioria do povo. E por ter a maioria do povo, ela não está se deixando esmagar.

Na verdade, o grande problema de hoje, neste País, é saber, e o governo não está sabendo fazer, o pluripartidarismo das oposições. Porque, este é um governo que não admite o pluripartidarismo da situação, quer o pluripartidarismo para a Oposição. Mas, nega o direito de seus correligionários procurarem outros caminhos, através de casuísmos como os que virão, agora, nas emendas que estão sendo fornecidas a esta famigerada reforma partidária.

Em terceiro lugar, Sr. Deputado, quero também dizer que

a nota estampada no jornal "Gazeta do Povo", envolve também dois outros ilustres companheiros: Euclides Scalco, que Vossa Excelência sabe muito bem homem do Sudoeste, irmão umbilical de Walter Alberto Pecoits, que teve um olho tirado por esta ditadura, quando era Governador do Estado Ney Braga.

Não se pode admitir, amanhã, o conchavo de Walter Pecoits com Ney Braga, como estampa o jornal.

No mesmo dia que o jornal estampa isso, o jornal "República de Hoje", estampa o Sr. Euclides Scalco como membro de uma comissão que está formando o novo MDB, um MDB politizado, os populares do MDB.

Numa reunião que tive oportunidade de participar, em Brasília, com cerca de 40 Parlamentares, os mais dignos deste País, inclusive com o filho do Sr. Alencar Furtado, o Sr. Heitor Furtado, o Sr. Euclides Scalco foi eleito como o representante deste Estado, do Paraná, para brigar com as forças populares deste País.

E outro, indicado neste jornal, Senador José Richa, ontem ainda, num programa de televisão desta cidade, juntamente com o Deputado Paulo Pimentel e o ex-Senador Accioly Filho, dizia, de plena voz e reafirmava de plena voz, a sua fé no MDB, e a situação de emedebista. Portanto, não condeno o jornal, mas condeno aqueles que sim, traidores do Partido, que fornecem notícias para extras. Não vai crítica ao jornalista ou ao jornal, precisamos é saber quem procura, dentro da nossa bancada, dentro do nosso Partido, querer expulsar aqueles que são os verdadeiros líderes.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Deputado, interessantes as colocações aqui feitas por todos os Deputados que participaram desta sua alocução. Mas o que me surpreende, é que ninguém está brigando pela ARENA neste País, o que me surpreende efetivamente é que ninguém está brigando e lutando para consertar o Partido do Governo, que se dizia que era o maior do Ocidente. Onde estão os homens da ARENA?

O Sr. Quielise Crisóstomo — Aqui tem um, nobre Deputado.

O Sr. Nilton Friedrich — Onde estão aqueles que declararam aos jornais, que, noventa e oito por cento não consegue mais carregar nem o nome, em estatísticas que foram estampadas em primeira página no "O Estado do Paraná", noventa e oito por cento desta Casa.

Nós temos que brigar por alguma coisa que realmente vale, que está no coração do povo, que está no entusiasmo da nossa gente, e ninguém briga por alguma coisa que não vale nada ou, ninguém briga por alguma coisa que está em decadência, ou, ninguém briga por alguma coisa que herda mas não merece muita consideração. Tem que mudar mesmo, está na hora, realmente, da reformulação partidária, mas efetivamente nós queremos outra reformulação partidária, queremos o pluripartidarismo, queremos efetivamente, o partido sério, que defenda as correntes políticas mas, que ele seja, também, multiplicado por diversas agremiações, não queremos só o MDB mas que principalmente, para se formar o MDB nós tenhamos um amplo debate nacional, para que se questione o que hoje nós estamos recebendo do regime desse Governo de quinze anos, que se questione a dívida externa, que se levante a dívida interna, que se posicione a miséria multiplicada neste País, que se avalie a mortalidade infantil, que o Brasil conseguiu passar o Continente Africano para trás, e hoje, é o País que tem a maior mortalidade infantil do mundo, que se analise isto tudo, herança que nós temos desses tecnoburocratas que tomaram à força o poder, através das armas.

E eu deixo aqui, ilustre Deputado, para terminar, realmente, nós devemos inclusive reformular alguns conceitos, não jogar a culpa exclusivamente no golpe militar. Para mim, pior que o golpe militar, foram aqueles elementos da sociedade civil que passaram a ser efetivamente omissos e passivos nesse regime, porque, graças a eles é que nós tivemos a continuidade dessa situação. Então não devemos, efetivamente, colocar em

alguns militares, porque há gente muito boa nas Forças Armadas mas, o que não podemos concordar é que, inclusive, parcelas da sociedade civil, omissas, passivas e subservientes ao longo destes anos, participaram . . . a eles com essa situação que, é lógico, chegou o momento de acabar. Um Partido que leva 5.000.000 de votos a menos numa eleição para o Senado da República em todo o País, não pode continuar. Um Partido que perde em quase oitenta por cento num Estado onde há a maior concentração humana e de capital num país, como é São Paulo, este Partido realmente não pode continuar. Tem que ser extinto. Mas que maioria é esta? Em suma, em cima da máquina governamental, em cima de favores oficiais, com algumas exceções, digo aqui com toda a honestidade, é lógico, mas, em cima também, da "bionicidade" que se instalou neste País. Efetivamente, é isto que nos preocupa, porque, maioria tem outro significado nos Parlamentos sérios e democratas, agora mesmo estamos vendo nos Estados Unidos, se repetir o episódio, quando vários programas do Governo democrata de Jimmy Carter foram reprovados pela maioria do Congresso americano, que é a maioria democrata, como nós temos visto em tantos outros parlamentos, onde há o respeito, onde há, efetivamente, os postulados democráticos sendo acatados e serem efetivamente apoiados.

Eu apenas termino, invocando que o que assisti em Brasília é efetivamente entusiasmante. Nós não assistimos, como dizia a Convenção que faria o velório do MDB. Nós assistimos sim, um batisado, um batisado em que o Partido foi batisado mais uma vez pelo povo, mas mais que um batisado, nós assistimos a uma primeira comunhão, a primeira comunhão em que esse Partido foi mais uma vez aceito pelo povo e pela comunidade brasileira e, acima de tudo, nós assistimos lá, não à morte, não ao velório, o casamento das forças populares deste País, contra o regime militar e a ditadura que se instalou na Pátria.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência me concede um aparte? **O SR. NILSO SQUAREZI** — Muito obrigado, Deputado.

Eu devo dizer a Vossa Excelência que, efetivamente, passou-se nos últimos anos a se vislumbrar, no Brasil, um tipo característico de comportamento e esse tipo de comportamento que hoje a sociedade civil nas suas bases, não nas suas cúpulas, nas suas bases, começa a demonstrar através de se levantar contra atitudes arbitrárias dentro da escola, dentro do sindicato, dentro da associação. Hoje a Oposição não é só parlamentar, a Oposição está em todos os setores da sociedade civil, porque esta sociedade civil não soube - e isto é que é a verdade - não soube se antepor, não soube usar o seu direito nato que tem de dirigir e reger a sociedade, mas cabisbaixa, passivamente aceitou a tal ponto, de se introduzir numa carta constitucional esta medida vexatória, de leis passarem por decurso de prazo, como aconteceu ainda recentemente no Congresso Nacional, e aqui nesta Assembléia, vozes do maior Partido da Oposição, se levantaram contra o brutal aumento da taxa rodoviária e o que é que aconteceu? Por orientação desta maioria do Congresso Nacional, esta taxa rodoviária única passou, vergonhosamente, pelo excesso de prazo.

Eu concordo com Vossa Excelência de que os militares não são os únicos responsáveis mas que culpa cabe àqueles que, tendo o poder de cortar o autoritarismo, a eles se vergam, a eles se curvam única e exclusivamente, única e exclusivamente para continuarem a obter os favores deste poder ilegítimo, deste poder corrompido que infesta de norte a sul esta Nação.

Por isso, Srs. Deputados, quando vemos estampados em órgãos da nossa imprensa, informações como essa, de que um José Richa, um Euclides Scalco, um Álvaro Dias, homens que não têm nada em seu passado para se envergonhar como de

e dizer que desobedeceu as tiranias, que desobedeceu as baionetas, que não se calou quando as multinacionais investiram contra a nossa economia.

Homens que se levantam agora, como se levanta a igreja para protestar contra os choques da polícia e chegam até a invadir igreja, para arrancar de lá de dentro, operários que estão gritando por melhores salários para não morrerem de fome.

O nosso Partido não tem nada a se envergonhar e por isso quer continuar, e por isso lutará para continuar e força alguma terá sobre o mundo capaz de arrancar e de expungir da história brasileira e da história mundial que os homens que formam o MDB hoje, continuarão amanhã, porque não completaram a sua tarefa. Continuarão amanhã contra o partido do João, contra o partido do Paulo, contra o partido do Zé, contra o partido da baioneta, contra partido do quepe, contra partido da caneta que usou Falcão, que usa Petrônio, contra todos esses estará o MDB combatendo. Não com armas, não com favores e nem com dinheiro, mas com idealismo, com determinação e com o voto do povo. Este voto do povo que fortificou o MDB que força alguma nesta Nação, Sr. Presidente, conseguirá expungir desta Nação. Porque, pela primeira vez, se escreveu o incrível e inexorável neste País.

Um partido que ganhou as eleições, com mais de cinco milhões de votos, por desgraça, por artificialismo e por magia do sistema fez a minoria parlamentar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, devidamente apoiada por diversos Srs. Deputados, constante do expediente. —

Recebida. Será publicada no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/79, de autoria dos Deputados ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI, que dá nova redação ao artigo 155, do Regimento Interno. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 130/79), que aprova Termo de Re-ratificação n.º 02 ao Convênio n.º 28/77, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, que objetiva a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina - Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 133/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 125/79, de auto-

ria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 138/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de RONDON, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 108/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 121/79), aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 136/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 129/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 126/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ICARAÍMA, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 65/79), que objetiva transformar em verba de representação a favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e dos atuais Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, as gratificações que especifica. Pareceres Favoráveis da C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, este projeto de lei pretende transformar em verba de representação, digamos assim, algumas vantagens que os Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas gozam. A matéria ao chegar à C.C.J., desta Casa, foi diligentemente discutida naquela Comissão, e recebeu parecer contrário.

Diz o Parecer: — a Mensagem Governamental 65, encaminhada ao Poder Legislativo anteprojeto de lei, objetivando transformar em verba de representação, em favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procuradores junto ao mesmo Tribunal as gratificações que especifica.

Nesta Assembléia o projeto recebeu o número 79/79, e teve aprovado o requerimento de urgência, em sua aprovação de 12 de junho de 79. Na Comissão de Constituição e Justiça, a maioria de seus membros não acatou o parecer do emi-

constitucionalidade do mesmo. Em face disto, o Sr. Presidente designou o Deputado que este subscreve, o nobre Deputado Tavares, para emitir parecer contrário à sua aprovação.

Sem sombra de dúvida, impõe-se a rejeição do projeto, mesmo porque se encontra em dissonância com a Mensagem Governamental. Em verdade, enquanto a Mensagem faz referência expressa à transformação de gratificações, unicamente o projeto cita apenas um amparo legal, qual seja o da gratificação de produtividade, sem fazer qualquer menção quanto ao amparo legal das outras gratificações, que se pretende sejam também transformadas. Ademais, está claro, pela redação do artigo segundo, que em determinadas funções ficará atribuída gratificação, sem precisar o "quantum" ou percentual. Tão importante que se fale e que já vem percebendo em razão destas funções.

Ainda neste ponto, sem se esclarecer a que título e qual o amparo legal para os valores que vêm sendo pagos.

Por isto diz muito bem o Relator, que teve o voto vencedor, não é desejo do subscritor deste e nem mesmo do Partido a que faz parte, ser contrário, unicamente, pelo prazer de assim proceder.

Todavia, esta disposição não nos pode afastar de, com serenidade, aprovarmos o que estiver certo e nos rebelarmos com o que não atenda, realmente, com os interesses maiores que é o do bem estar e progresso de nosso Estado.

Por isto, Sr. Presidente, faço um apelo à nobre liderança do Governo, para que retire de pauta este processo, a fim de que ele se compatibilize perfeitamente com a Mensagem do Sr. Governador do Estado.

Caso contrário, a nossa bancada não tem condições de votar favoravelmente a este projeto de lei. Porque, Sr. Presidente, cometeríamos até o risco de estarmos aprovando ou transformando em representação, verbas que hoje não existem, e que amanhã poderão existir, o que vale dizer, estaremos legislando no escuro. Dando a priori, direitos que são incertos e que poderão trazer graves consequências, não apenas financeiras, mas até morais, para a vida pública deste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente - **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Em votação.
O SR. ERONDY SILVÉRIO — **(Para encaminhar a votação)** Sr.

Presidente, ouvi atentamente a argumentação do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, nobre Líder do MDB, nesta Casa. E, realmente, ao que parece, assiste pelo menos boa parte de razão, a argumentação do nobre Líder da Oposição. E, nestas condições, Sr. Presidente, muito embora na pauta, conste que está em regime de urgência, embora saibamos que o Regimento Interno veda a retirada de qualquer matéria que esteja em regime de urgência, na Ordem do Dia, e de comum acordo com a Liderança do MDB nesta Casa, requeiro a Vossa Excelência que seja retirado o projeto por três sessões, de pauta, a fim de que as dúvidas levantadas sejam dirimidas. Porque não interessa ao Governo do Estado que uma Mensagem sua comporte dúvida, por menor que seja.

Mormente quando se trata de vencimentos, de gratificações, de vantagens pecuniárias, concedidas a um outro Poder, à egrégia Côrte do Tribunal de Contas do Estado.

Não há interesse absolutamente do Governo, que a sua Mensagem comporte dúvidas se esta de fato ou por ventura existirem. Nestas condições, proponho a Vossa Excelência, com a aquiescência da Liderança do MDB, a retirada por três sessões, a fim de que essas dúvidas sejam analisadas e devidamente estudadas.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Está em votação o requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, de comum acordo com a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para retirada por três sessões, do Projeto de Lei nº 79/79. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Portanto, retirado por três sessões, o Projeto de Lei nº 79/79.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 146/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 116/79), que altera a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., C.I.P. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 146/79 — Veto apostado ao Projeto de Lei nº 71/79, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o Diretório Acadêmico "Octávio Mazzioti", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Em discussão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto que visa declarar de utilidade pública o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Jacarezinho, denominado Diretório Acadêmico Octávio Mazzioti, foi pedido nesta Casa, com todos os documentos, preenchendo legalmente as exigências legais, conforme consta do meu projeto de lei.

Está aqui o estatuto daquela entidade, e o estatuto declara que a Diretoria não é remunerada; está aqui a Lei que declara de utilidade pública, pelo Município de Jacarezinho, Lei nº 496, de 16.08.68; está aqui uma certidão do cartório, dizendo que a entidade está registrada no livro competente daquele cartório. Preencheu todos os requisitos legais, e mereceu o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa.

Eu não estou entendendo o porquê do veto de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, já que não tive conhecimento que nenhum projeto deste tipo, declarando de utilidade pública fosse vetado por esta Casa. Talvez seja este o primeiro projeto, porque estamos vendo todo o dia, em todas as sessões, apresentação de projetos, aprovação por unanimidade, e sanção do Governador, declarando de utilidade pública todas as entidades a que os Deputados aqui pedem.

No entanto, vejo com uma certa surpresa o meu projeto de lei sendo vetado pelo Governador. O Diretório Acadêmico Octávio Mazzioti, da Faculdade de Direito de Jacarezinho, construiu às suas custas a Casa do Estudante Universitário. Lá estão quarenta estudantes que permanecem naquela Casa, pagando o mínimo, como funciona aqui, a Casa do Estudante Universitário.

O Diretório Acadêmico Octávio Mazzioti, desde a sua criação, tem prestado relevantes serviços aos acadêmicos de Direito da Faculdade de Direito de Jacarezinho. É um diretório que tem, que demonstrou, no decorrer do tempo, desde a sua criação, um respeito para com a faculdade, um respeito para com o Universitário, e tem prestado serviços de toda ordem.

No entanto, o Governador do Estado veta a declaração de utilidade pública daquela entidade. Nós solicitamos aos Srs. Deputados que votem favorável ao projeto, porque é da

mais alta importância para o Norte Pioneiro, visto que a declaração de utilidade pública desta entidade vem beneficiar ainda mais os estudantes da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro; o Norte Pioneiro tão sofrido que só tem uma Faculdade de Direito e que precisa, e que necessita deste Diretório Acadêmico para manter os seus estudantes, estudantes que vêm de toda a região e que estão sendo beneficiados por esta entidade.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Daros.

O Sr. Adalberto Daros — Deputado Tadeu Lúcio Machado, realmente é de estranhar, como diz Vossa Excelência, esse veto para a Casa. Agora, eu entendo, nobre Deputado, que para mim não é de estranhar, porque o Sr. Governador Ney Braga parece que, quando diz respeito ao estudante, à educação, parece que tem ojeriza à coisa. Tanto é fato que demonstrou bem no Ministério da Educação, dando ao Paraná uma "bruta banana", a verdade foi esta, nem sequer dando condições a que as Universidades de Maringá, de Londrina e Ponta Grossa, pudessem se inserir no rol da federalização.

Evidente, Sr. Deputado, que deveríamos dar um puxão de orelhas também, na C.C.J. desta Casa, que, ao que tudo indica, deve ter dado um parecer favorável à iniciativa brilhante de Vossa Excelência, razão pela qual, nobre Deputado, além de não ficar indiferente com relação a esta matéria, uma vez que vejo que o Sr. Governador parece que tem ojeriza à educação, deveria também, repetindo, dar talvez um conselho aos Srs. Deputados da CCJ, para que vissem com mais carinho as matérias apresentadas nesta Casa, uma vez que poderíamos, aqui dentro, em função do que exige a lei, no que diz respeito à declaração de utilidade pública, neste caso a se colocar a coisa aqui dentro, para que não dêssemos o prazer ao Sr. Governador do Estado, em vetar projeto de lei como esse de iniciativa de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Ilustre Deputado, verificamos que o projeto de Vossa Excelência tem razão. Não vejo porquê o mesmo ser vetado. Tanto mais que, quando se declara de utilidade pública uma entidade, é sabido que é para efeito dessa entidade receber as subvenções.

Mas, para isso, ela terá que preencher toda uma série de exigências. Inclusive, uma série de documentação que comprove a sua existência legal e o seu funcionamento.

De modo que até penso que, quando uma entidade recebe subvenções, em condições das exigências impostas para tal, até acredito que seria dispensável a declaração de utilidade pública.

Entretanto, já que é para uma segurança maior, essa declaração de utilidade pública, parece-nos até meramente formal.

Porque, a existência legal da entidade representa, através da inscrição de seus estatutos, no registro próprio da pessoa civil.

Então, acho que o veto que se após ao projeto de Vossa Excelência é uma injustiça e até, me parece, uma ojeriza que existe pelos diretórios acadêmicos.

Era este o aparte que queria oferecer a Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E até desconhecia essa ojeriza que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado tem pelo estudante.

E devo dizer que o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Jacarezinho, que tão bem conheço a sua diretoria, os seus membros, as pessoas que foram beneficiadas por esse Diretório Acadêmico.

Essas pessoas nem sequer se preocupam com política; essas pessoas estão preocupadas com sua formação universitária; essas pessoas lutam e trabalham no dia a dia, e lá comparecem, à

noite, na Faculdade, jamais pensando em política. Jamais pensaram em criticar qualquer governo. É um Diretório que está preocupado, única e exclusivamente, com a qualidade de ensino, que está preocupado, única e exclusivamente, com o ensino ministrado naquela Faculdade de Direito.

No entanto, quando prometi àquela entidade, que apresentaria um projeto declarando-a de utilidade pública, eles me agradeceram. E vim para esta Casa, acostumado a ver todos os projetos sendo aprovados e sancionados pelo Sr. Governador. No entanto, logo o meu, logo o projeto que declara de utilidade pública uma das mais importantes entidades do Norte Pioneiro, é vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Vetado, e segundo ele, porque a entidade em questão não preenche os requisitos exigidos pela legislação vigente.

Não entendo o porquê da alegação do Sr. Governador, porque estão aqui todos os documentos exigidos.

Portanto, a sua negativa não é para se entender.

Estamos aqui, rogando aos ilustres Deputados para que aprove o projeto, porque é realmente de utilidade pública o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Jacarezinho.

Talvez este seja um dos projetos de maior justiça, talvez esta entidade seja de maior utilidade pública que já foi aprovado nesta Casa, porque, cada um dos Senhores pode ir lá ver a Casa do Estudante, construída pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Jacarezinho.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 71/79, autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado; encerrada a discussão, em votação. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

O SR. GABRIEL MANOEL — **(Pela ordem).** — Sr. Presidente, solicitaria a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, o Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

46 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. ADALBERTO DAROS — **(Pela ordem).** — Sr. Presidente, uma vez que a matéria ainda não foi decidida e, analisando o que diz a justificativa do Veto que Sua Excelência o Sr. Governador faz quanto à entidade em questão, que, não preenche os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria para ser declarada de utilidade pública, uma vez que o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça diz que a documentação anexa ao processo está legal, eu pediria a Vossa Excelência, Sr. Presidente, com a aquiescência do Plenário, para que retirássemos a matéria de pauta para que se decidisse de uma vez por todas, o que é legal, o veto de Sua Excelência o Governador do Estado que diz ser ilegal a matéria em função dos documentos ou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa que diz estarem os documentos do processo de acordo com a exigência da lei.

O SR. PALÁCIOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, tendo em vista as ponderações apresentadas pelo Deputado Daros em que na justificativa o Sr. Governador expõe que há faltas de dados, acredito que seja viável e apoio integralmente a iniciativa desse Deputado, para que seja adiada a votação do presente veto, com a finalidade que possamos fazer uma investigação melhor e assim possamos melhor proceder por ocasião da nova votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a pa-

lavra, para encaminhar a votação ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, acompanhamos o encaminhamento de votação feito pelo nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, pelo projeto vetado pelo Sr. Governador do Estado, acompanhamos também os apartes que recebeu Sua Excelência durante o encaminhamento de votação e discordamos profundamente dos apartes, principalmente do aparte oferecido pelo nobre Deputado Adalberto Daros, Deputado que eu muito respeito e tem uma larga folha de serviços prestados à coletividade curitibana, quicá paranaense, conheço o seu espírito público, mas ele foi extremamente infeliz e injusto com o Governador do Estado, porque não existe ojeriza do Sr. Governador do Estado para com nenhuma classe. Todos são paranaenses, ele é o Governador de todos os paranaenses, mas acima do seu desejo de agradar esta ou aquela classe, este ou aquele segmento social, há o imperativo da lei e nós temos que nos louvar nas afirmações do Sr. Governador quando ele diz que o único óbice à sanção do projeto, é porque ele deixou de cumprir a legislação que rege a matéria, aliás, requisitos esses que são fundamentais para o reconhecimento de utilidade pública em qualquer entidade.

Todavia, Sr. Presidente, tudo é possível. É possível até que tenha havido um engano, um erro da assessoria parlamentar do Sr. Governador do Estado, possivelmente as informações que chegaram à mesa do Sr. Governador, não fossem as corretas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, não é desejo do Governo impor a sua vontade, sem que ela esteja estribada em lei e estribada também nos legítimos interesses do povo paranaense.

Nessas condições eu sou favorável ao requerimento formulado pelo nobre Deputado Palácios, digno e legítimo representante da região de Jacarezinho, onde sedia a Faculdade de Direito e o Diretório Acadêmico de Direito que se pretende declarar de utilidade pública.

Nessas condições, Sr. Presidente, é de bom alvitre que a Mesa efetivamente conceda a retirada, por três sessões que seja, a fim de que eu possa trazer a esta Casa, informações detalhadas a respeito da legalidade ou não do veto que nós apreciamos nestar tarde. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento do nobre Deputado Daros e Palácios. —

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Aldenor de Souza Castro, ocorrido em Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, com o apoio do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adelina Zulian Dotti, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Agenor do Nascimento, funcionário aposentado deste Poder. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Del Ciel e Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Constantino Palarice, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Município de Ibioporã, pela inauguração do Centro Social Urbano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 166/79 e 174/79. — **Aprovado.** —

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, visando reparos na estrada que demanda do Município de União da Vitória a Cruz Machado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo cópia do projeto de implantação da BRASKRAFT S/A. - Florestal e Industrial, empreendimento a ser instalado no Município de Sengés. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando moção de apoio aos universitários da Universidade Estadual de Maringá, que reivindicam o congelamento das anuidades para o próximo ano letivo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a prorrogação dos trabalhos da C.P.I. do Cooperativismo, por mais 120 dias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de repúdio à Polícia Militar do Estado de São Paulo, pela violência com que vem reprimindo as manifestações grevistas dos metalúrgicos naquele Estado. — Em discussão. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu vou declarar questão aberta na bancada a votação do presente requerimento. Todavia, quero deixar consignado o meu voto contrário, por uma razão, Sr. Presidente. Porque eu não li no noticiário da imprensa paulista e da imprensa nacional, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, onde o M.D.B. tem maioria absoluta, tivesse repudiado a ação da polícia paulista no episódio a que se refere este requerimento. Por esta razão, Sr. Presidente, me assalta uma dúvida, não sei se aconteceram realmente os fatos apontados neste requerimento. Todavia, a questão é aberta dentro da bancada, votará de acordo com a consciência cada um dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar). — Sr. Presidente, tão somente para fazer uma colocação em que as manifestações de repúdio aconteceram praticamente nos últimos dias em São Paulo. Não só pela Assembléia Legislativa, mas a bancada do MDB teve até recentemente um Deputado agredido num destes piquetes tão famosos já no País.

Hoje a "Folha de São Paulo" estampa, inclusive, que "no dia de greve a polícia voltou a agir com violência na repressão ao movimento dos metalúrgicos, sendo que por volta das oito horas, milicianos de uma tropa de choque da PM chegaram a invadir a Igreja Nossa Senhora do Socorro em Santo Amaro, na busca de grevistas que lá se refugiaram após o choque na rua. Os policiais lançaram bombas de gás lacrimogênio e espancaram todos os que se encontravam na igreja, inclusive jornalistas e o Frei José Resende. O interior do templo foi depredado e as portas arrombadas.

Esta nova violência policial gerou protestos do MDB, em Brasília. O Bispo Auxiliar de São Paulo, Dom Mauro Morelli, responsabilizou o Governo de Paulo Malluf pelo fato; informou ele que Dom Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB, estará hoje em São Paulo para se colocar a par da situação."

Primeira página da "Folha de São Paulo", de hoje.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de ver

esta Casa se posicionando hoje em torno da aspiração daqueles trabalhadores; porque nada justifica a violência que está se praticando. Em absoluto esta violência agressivamente manifestada, inclusive com a invasão de sagrados templos, poderá levar este País a uma democracia, a uma situação de relacionamento adequado. Afinal de contas a greve, talvez que tenhamos que voltar às informações técnico-pedagógicas deste instituto, a greve é um expediente, um instrumento do capitalismo. Só nos países de sistema capitalista é que existem as greves. E neste Brasil, num capitalismo selvagem, está se procurando pisotear, negar e transformar toda a greve em ilegal.

Seria hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos capitalistas deste País assumirem, admitirem, que é instrumento deste sistema a instituição da greve. Só nos países capitalistas que ela existe, e é a maneira de evitar o entrelhecho entre capital e trabalho, amenizando as contradições nele existentes. E é pois a conclamação que fizemos, que esta Casa se manifeste favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação o requerimento.

— **Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, sugerindo que a exemplo do que foi proposto pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Previdência da República, à C.B.D., conclame a Federação Paranaense de Futebol para que antes de cada partida de futebol interestadual, cantarem o Hino Nacional Brasileiro. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa que o presente requerimento já está com sua discussão encerrada.

O SR. ADALBERTO DAROS — (**Para encaminhar a votação**).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposição do Deputado Domício Scaramella, no nosso entender, talvez, não tivesse muita razão de ser; e devo explicar. O requerimento é para que a Federação Paranaense de Futebol, antes de cada partida interestadual, convide os atletas, dirigentes e todo o público presente, a cantar o Hino Nacional Brasileiro.

Sr. Presidente, fico na dúvida de até como justificar o meu voto contra esse requerimento, Sr. Presidente. Porque entendo que patriotismo não se cria pedindo a atletas, pedindo à Federação Paranaense, que convide a se cantar o Hino Nacional Brasileiro.

Deveria, isto sim, a Federação Paranaense, e as instituições que cuidam do esporte em nosso País, se interessar mais pelo atleta, mais pela juventude. Razão pela qual, sem ter, talvez uma justificativa maior, devo dizer a Vossa Excelência e à Casa, Sr. Presidente, que, infelizmente, talvez para muitos, devo votar contra este requerimento, por entendê-lo sem nexo algum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação o requerimento.

O SR. FIORI LUIZ — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente. É com todo o respeito ao nosso preclaro e ínclito Deputado Domício Scaramella, mas entendo o seguinte: o Sr. Said Farah, já por ocasião do jogo Brasil x Paraguai, tentou industrializar o negócio, que atleta tinha que cantar o Hino Nacional, que a torcida, distribuiu papelinho para todo mundo, não adianta forçar nada. Esse próprio Governo Militar, fez com que o povo se afastasse de qualquer sentido patriótico. Não há mais no brasileiro, sentido de

patriotismo, como nos outros povo. Eu entendo, quando surge naturalmente, como ocorreu em 1950 no Maracanã, quando o Brasil ganhava de um a zero do Uruguai, naquela decisão, no intervalo, nos vestiários, os uruguaios irmanados, cantaram o Hino Nacional, voltaram e ganharam de dois a um. Mas a coisa tem que ser espontânea. O povo não tem ânimo e não tem força para ficar em pé e cantar o Hino Nacional neste País. O Governo arrebitou com qualquer sentido patriótico do brasileiro.

Com todo o respeito que nós temos, ao Deputado Domício Scaramella, mas eu entendo que a coisa forçada não leva a nada. Teria que haver espontaneidade. Mas o próprio regime sufoca e esmaga esta espontaneidade.

Obrigado, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. MÁRIO CELSO — (**Para encaminhar a votação**).

Somente para fazer mais uma colocação, Sr. Presidente. Porque esse famigerado Campeonato Nacional de Clubes, dentro de um roteiro de uma esquema mal elaborado pela CBD, que hoje é comandada por homens que só pensam em mordomias, com o dinheiro do povo, porque na verdade o dinheiro não é da CBD, o dinheiro é da Loteria Esportiva. O dinheiro é nosso. E eles ficam a fazer gastos extravagantes, quando muita gente está passando fome.

Assim sendo, esta famigerada CBD programou, um roteiro de jogos que é um verdadeiro absurdo. Nós temos hoje, jogos no domingo, no sábado, na terça, na quarta, na quinta-feira.

Então, apenas sexta-feira, e, assim mesmo, eles programam amistosos.

Quer dizer, desta forma, nós vamos ter o Hino Nacional diariamente sendo executado aqui nos gramados do Paraná. Será mais do que qualquer outra coisa, uma alienação.

E nós entendemos, como Deputado Fiori Luiz, falou, que o Hino Nacional deva nascer espontaneamente do brasileiro. Ele acha válido, ainda, ser cantado, executado nas escolas, nos estabelecimentos escolares.

Agora, programar o Hino Nacional para estádios de futebol, com a finalidade de ensinar o brasileiro a cantar o hino, eu sinceramente não concordo.

Assim, sendo, devido ao calendário também, do futebol brasileiro, eu discordo do posicionamento do nobre companheiro, embora entenda o seu ato patriótico de querer colocar no coração de cada brasileiro, o seu hino, o hino de sua Pátria.

Era isso. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Respeitando os nobres colegas que encaminharam a votação, é uma idéia nossa, e nós não estamos aqui impondo. O nosso requerimento é modesto, de convidar os senhores atletas — se tiver algum que não queira cantar o Hino Nacional, pode se recusar — mas não vou me alongar mais, faço um apelo aos nobres Deputados, para que respeitem a nossa idéia, para que os nossos atletas, não quero entrar no mérito do que os nossos colegas já expuseram aqui, e me conforme se o requerimento não for aprovado.

Mas, faço um apelo aos nobres Deputados, que ficaria até meio esquisito, porque não estou impondo para que cantem, é um convite aos atletas. Naturalmente as autoridades esportivas irão fazer o convite. Aquele que não se der por bem, que não quiser cantar o Hino Nacional, se retira da solenidade.

Era o encaminhamento de votação. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu penso que civismo não se dá, não se oportuniza através

de requerimentos ou de papéis, mas principalmente através da educação. Nós podemos transmitir à população brasileira esta possibilidade de cultivar os valores cívicos da Nação.

No entanto, não me parece que o requerimento do Deputado Domício Scaramella signifique qualquer ofensa, signifique qualquer agressão às instituições cívicas deste País.

E eu penso que a propositura do Deputado Scaramella tem por finalidade oferecer à população brasileira mais um instrumento para que os valores cívicos nacionais sejam devidamente valorizados no cenário mais popular da vida deste País, que é o estádio de futebol. Por isso, apesar de entender que não se desperta o civismo por requerimento, ou por lei, apesar de entender assim, eu, por outro lado, acredito, com toda a minha convicção pessoal, de que o ânimo do Deputado Scaramella é aproveitar também a oportunidade "sui generis", que o Brasil tem, dentro de um campo de futebol, para a mobilização de grandes massas, para, pelo menos, termos o orgulho de ver a nossa gente toda entoando o Hino Nacional.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação o requerimento.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO (**Para encaminhar a votação**). —

Sr. Presidente, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, as autoridades constituídas devem ser o caminho da facilidade dos hábitos, através das leis.

E nós, aqui, autores das leis, não é o caso de apenas um requerimento, deveremos oferecer ao povo que lideramos, os métodos dos melhores hábitos.

Vejo no seu requerimento, Deputado Domício Scaramella, na sua propositura, uma oportunidade a mais, de, no momento em que o civismo deve ser despertado, porque o atleta só consegue as suas melhores marcas quando despertado o seu espírito de civismo.

Nós que já fomos atletas, sentimos a falta do despertar, nas pistas de atletismo, nos estádios de futebol, do civismo, da responsabilidade, muitas vezes, na defesa das próprias cores da Nação.

E o Hino Nacional é o documento primeiro em que o atleta que se preocupa em lembrar que "mens sana in corpore sano", em oportunidades em que se disputa, não apenas uma medalha, uma taça, mas, sobretudo, se prepara o atleta para a defesa de sua Nação, vê também uma oportunidade o professor, como nas aulas de ensino primário. Em todos os momentos, na entrada e saída das aulas, de interpretar o Hino Nacional, entendendo nas palavras, como disse o nobre Deputado Airton Cordeiro, onde o povo se reúne, no espírito democrático de luta esportiva, ver também o seu civismo despertado.

Motivo pelo qual voto com o seu requerimento, nobre Deputado Domício Scaramella. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (**Para encaminhar a votação**).

Com a permissão do nosso Segundo Secretário, Deputado Domício Scaramella, de imediato, devo dizer que votarei favoravelmente ao seu requerimento.

Mas, ao mesmo tempo, gostaria de sugerir que houvesse uma ligeira modificação em seu requerimento. Isto porque estamos disputando o Campeonato Nacional. E temos em média, por semana, em Curitiba, quatro jogos estaduais.

Seria a locomoção da Banda da Polícia Militar, nesses jogos, o que acarretaria mais despesa. E indo um pouco mais além, o nosso campeonato, nobre Deputado, não merece que tenhamos o nosso Hino tocado antes de cada partida. Porque, vivemos num campeonato brasileiro da maior corrupção em todos os tempos, do País; com os homens da CBD se locupletando com todas as partidas de futebol. As denúncias mais variadas e mais graves, até com homens dirigentes da CBD manipulando as passagens através de agências de turismo, que são distribuídas para as equipes de futebol, neste Brasil.

Dentro disso, gostaria de sugerir ao nobre Deputado

Domício Scaramella que fizesse, dentro do possível, uma ligeira alteração em seu requerimento: que, pelo menos uma vez por mês, fosse executado o Hino Nacional, com a Banda da Polícia Militar, e fosse cantado também nos estádios de futebol. Porque, em todos os jogos teríamos problemas. E vou repetir, o campeonato brasileiro que se disputa, hoje, em nosso País, não merece a execução do Hino Nacional a cada partida a que seja realizada.

Mas, volto a repetir, votarei favoravelmente ao requerimento do nobre Deputado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (**Para encaminhar a votação**). —

Sr. Presidente, queremos dizer a Vossa Excelência e ao Deputado Domício Scaramella, que votaremos favorável, porque é uma demonstração de civismo.

E o nosso Hino é o mais bonito de todos. Então, é o nosso orgulho.

Se corrupção há, ou não, com a CBD, é problema completamente diferente, completamente incompatível com o civismo. E todo o brasileiro que em suas veias corre o sangue em defesa da Pátria e do civismo, deve cantar o Hino Nacional para que esteja sempre alerta, dizendo ao próprio povo, que o brasileiro tem espírito de civismo.

E quanto ao Deputado Domício Scaramella, meu companheiro, foi, este requerimento do nobre Deputado, um dos maiores requerimento que ele pôde apresentar, porque ele fala no Hino Nacional, no auri-verde pendão da esperança que é a Bandeira Brasileira!

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, talvez o efeito multiplicador na repetição de hinos à toda hora e a todo lugar seja necessária. Por isto voto favorável. Afinal de contas, Sr. Presidente, um hino que tem "Em teu seio a liberdade

Desafia em nosso peito a própria morte", esta liberdade está a desafiar todos os brasileiros.

Honremos pois, esta nossa conclamação!

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Em votação o requerimento. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo agilização no processo de implantação da Universidade Estadual do Oeste em Cascavel. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, encarecendo a abertura de um crédito especial aos agricultores da região Oeste do Paraná, para cobrir os prejuízos ocasionados pelas fortes chuvas e ventos ocorridos recentemente. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 79 e 146/79;

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 148, 153 e 163/79.

Marçando ainda uma Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 98, 99/79, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110/79.

Levanta-se a sessão.